



Anais da Assembléia

Nº 118

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE AGOSTO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Pentead Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Nami Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL DE LANÇAMENTO DAS
COMEMORAÇÕES DO CENTÉSIMO QUADRAGÉSIMO
ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO
ESTADO DO PARANÁ.

REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 1993

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Dirceu Manfrinato.

As quinze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni, presentes ainda inúmeras autoridades civis e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão de lançamento das Comemorações do 140º aniversário de emancipação política do Estado do Paraná, a ser comemorado no próximo dia 19 de dezembro do corrente ano.

Tenho a satisfação de anunciar a composição da Mesa de honra dos trabalhos de hoje.

Exmo. Sr. Mário Pereira Vice-Governador do Estado do Paraná, representante de Sua Excelência o Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná.

Exmo. Sr. Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente do jornal Gazeta do Povo.

Excelentíssimo Sr. Desembargador Jorge Andriguetto, representante de Sua Excelência o Sr. Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Exmo. Sr. General Remy de Almeida Escalanti, Comandante da 5.^a Região Militar e 5.^a Divisão do Exército.

Exmo. Sr. Conselheiro Rafael Iatauro, Presidente do Tribunal de Contas do Estado

do Paraná.

Exmo. Sr. Deputado Paulo Munhoz da Rocha, representante da Câmara dos Deputados.

Exma. Sra. Cassiana de Lacerda Caroll, representante de Sua Excelência o Sr. Rafael Greca de Macedo, Prefeito Municipal de Curitiba.

Exmo. Sr. Carlos Alberto Faraco, Reitor da Universidade Federal do Paraná.

Exmo. Sr. Procurador do Tribunal de Contas Túlio Vargas, representante das Instituições Culturais do Paraná.

Exmo. Sr. Deputado Anibal Khury, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná e Presidente do Movimento pela Unidade do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Srs. componentes da Mesa, autoridades aqui presentes, Srs. Deputados.

Comemoramos hoje, nesta Sessão Magna do Parlamento paranaense, Casa que é, de fato e de direito, o centro da vida política do Estado, o acontecimento mais importante da nossa história: a assinatura, pelo Imperador Pedro II, a 29 de agosto de 1853, da lei que nos deu a independência política.

É um momento de alegria cívica. Mas deve ser, também, um momento de reflexão. A História a grande mestra para os homens sábios, registra lições, edificantes ou trágicas, que podem orientar, na busca do bem comum, nossa conduta de homens públicos. Lições que temos o dever de transmitir às gerações mais novas. Para a juventude de hoje, que em futuro bem próximo irá nos suceder na condução da República, os episódios que antecederam e os que sucederam ao ato formal da nossa emancipação oferecem subsídios valiosos para a compreensão do jogo político. Exemplos de patriotismo e integridade, exemplos de desprendimentos e dedicação em favor dos interesses coletivos, exemplos de sacrifício pessoal para que fosse vitoriosa a causa comum. Mas a condição humana cobrou seus dividendos. Egoísmo, traições, injustiças e deslealdades conviveram, também, com os exemplos de grandeza e civismo.

É curioso o registro de que, por uma atitude de mero egoísmo, devemos a origem e o estímulo para as primeiras manifestações do movimento que culminou com a emancipação. Não foi outro o motivo, a não ser a ambição, que levou Pedro Joaquim de Castro Correia e Sá a obter da Câmara de Paranaguá, em 1811, 42 anos antes da data que estamos comemorando, a vereança que lhe dava procuração para pleitear, junto à Corte portuguesa de D. João Sexto, no Rio de Janeiro, a elevação da Ouvidoria de Paranaguá à categoria de Capitania Geral. Moisés Marcondes, nos "Documentos para a

História do Paraná", demonstra como Correia e Sá, aspirando ser nomeado Capitão General conseguiu, ao mesmo tempo que a autorização para reivindicar a independência, a declaração dos vereadores parana-guaras de que ele, "um sujeito sábio e prudente", deveria governar a nova Capitania.

Floriano Bento Viana, dez anos depois, arriscava sua posição e seus haveres na defesa da nobre causa, já havia, na sociedade da época, um sentimento mais amplo e mais consistente pela emancipação. Vários políticos importantes da Comarca estavam engajados no movimento. A solenidade do juramento das bases da Constituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 15 de junho de 1821, no Paço da Câmara de Paranaguá, foi escolhido como a oportunidade ideal para uma manifestação coletiva pela independência. Bento Viana escolhido porta-voz do grupo, comandava a guarda de honra do Regimento de Milicianos, postado em frente à Câmara. Na hora combinada, faz a proclamação em favor da separação de São Paulo. É advertido pelo presidente da cerimônia. Ninguém mais se manifesta. Todos os seus companheiros, receiosos das conseqüências do gesto, o abandonam.

Francisco de Paula e Silva Gomes empenhou grande parte de sua fortuna pela causa. Comerciante de gado, íntegro, inteligente e patriota, freqüentava a Corte, no Rio de Janeiro e os centros culturais de Minas. Dotado de raro talento musical, tocava violino. Aproveitando seu grande relacionamento político e social, não se cansava de pregar, onde quer que fosse, a necessidade de ser criada a nova província. Argumentava com motivos de ordem econômica, política e militar. Imprimia panfletos, no Rio de Janeiro, e os distribuía, do Rio Grande do Sul a Minal Geraís. A História registra, curiosamente, o endereço da tipografia rua São José número 64.

Proclamada a emancipação, não ganhou posições nem recebeu honrarias. Foi esquecido pelos políticos da época. Quatro anos depois, morreu assassinado em uma viagem, quando tentava refazer a fortuna que comprometera na luta pela causa.

Manoel Francisco Correia Júnior foi, em Paranaguá, um político atuante. Fundou a Irmandade da Misericórdia daquela cidade e a loja maçônica "União Paranaense", a primeira de que se tem notícia em nosso estado. Em 1842, os liberais paulistas iniciaram a "Revolução de Sorocaba". Foi o braço armado da reação de Feijó e seus seguidores aos atos do Governo Imperial que se seguiram à maioria de Pedro II. Atos que os paulistas julgaram contrários aos princípios democráticos que defendiam. Correia Júnior, que era coronel da Guarda

Nacional, organizou, armou, fardou e manteve, à sua custa, um batalhão para lutar em defesa da Coroa. Entusiasmara-se com promessa de Caxias e do Barão de Monte Alegre, chefes militar e civil das forças legalistas de que, com a revolta derrotada a 5.^a Comarca de São Paulo seria transformado em Província.

O Império venceu os rebeldes, mas Correia Júnior não descansou. Viajou ao Rio de Janeiro para continuar lutando, junto à Coroa, pela causa da emancipação.

Conquistando a independência da Comarca, Correia Júnior também foi esquecido. Em suas memórias, extravasou sua mágoa e seu desencanto. Escreveu "Interessei-me pela separação da Comarca de Curitiba da Província de São Paulo. Separação que supunha faria a felicidade do meu País. Parecerá, aos que lerem, alguns anos depois, estas memórias, que isto me trazia a consideração entre meus concidadãos. É totalmente o contrário. Invejosos me desacreditaram, parentes me perseguiram".

Com a fortuna praticamente aniquilada pelas despesas que manteve na luta pela causa da emancipação, retirou-se para os engenhos que lhe restaram, em Porto de Cima, na tentativa de restabelecer o crédito abalado. Dedicou-se desesperadamente ao trabalho a fim de que a família não ficasse ao desamparo. Como Silva Gomes, morreu quatro anos depois da vitória, abandonado dos que se diziam amigos e da maioria dos parentes.

Mas a emancipação teve seus beneficiários. João da Silva Machado, tenente coronel da Guarda Nacional não trazia no sangue a paixão dos nativos da terra. Mas foi o aventureiro ousado que recebeu a maior parte das glórias e das vantagens da luta pela independência. Não se pode negar que trabalhou ardorosamente pela causa. Tudo fez para arregimentar e coordenar adeptos para o pleito separatista. Mas seus motivos eram outros. Tendo sido designado pelo presidente de São Paulo, o principal responsável pelas providências militares na Comarca de Curitiba, assumiu a defesa da emancipação como alavanca para uma ambicioso projeto pessoal. Romário Martins traçou-lhe o retrato. Sua presença em Curitiba inspirou-lhe duas resoluções que ele levou a cabo com completo sucesso o de enriquecer, apossando-se de latifúndios por todas as partes da Comarca e o de conseguir a elevação dela a categoria de Província para usufruir dos proventos políticos que daí advinham diz nosso historiador maior que não houve região alguma da Comarca onde ele não registrasse uma posse de terras, escolhidas entre as melhores.

Para capitalizar, em benefício próprio, a maior parcela das glórias, de modo

a auferir vantagens, não hesitou em praticar a injustiça que a História registra nas inúmeras cartas em que prestava contas ao presidente de São Paulo, procurou esconder a todo custo, a participação de Correia Júnior na defesa da Comarca e não incluiu seu nome na lista dos que deveriam receber as merecidas condecorações pelos serviços prestados.

Na política da nova Província não houve lugar para Correia Júnior nem para Silva Gomes. Mas João da Silva Machado tudo ganhou. A Comarca o fez Barão de Antonina. A Província o fez senador. No Parlamento e na Corte, ampliou sua coleção de honrarias. Obteve os títulos de Grande do Império, Fidalgo da Casa Imperial, Grande Dignatário da Imperial Ordem da Rosa, Oficial da Ordem Cruzeiro e vereador honorário de Sua Majestade a Imperatriz.

Senhores Deputados:

Tácito, príncipe dos historiadores romanos, nos ensina. "Aquele que se consagra à verdade deve falar sem amor nem ódio". Não é hora de julgar nossos antepassados. Mas é refletindo sobre o passado que aprendemos a compreender melhor o presente e a antecipar as tendências do futuro.

Nestes 140 anos, a antiga 5.^a Comarca de São Paulo experimentou bons e maus momentos. Teve avanços e retrocessos. Começou seus pecados e praticou muitas virtudes. Mas a evolução do seu povo é um fato incontestável.

Conquistamos a terra e ocupamos os espaços. Construímos estradas e usinas. Desenvolvemos uma agricultura avançada, produtiva e diversificada. Estruturamos cidades modernas e dinâmicas. Criamos universidades, consolidamos uma sociedade operosa e progressista. Forjamos, com amor ao trabalho, inquebrantável espírito de luta e corajosa postura diante dos obstáculos, a unidade do nosso povo.

Hoje, enfrentamos novos desafios. Uma conjuntura adversa, fruto da crise econômica e moral que aflige o País, atinge, também, o nosso estado e faz emergir problema de difícil solução.

Acentuam-se carências sociais insuperáveis. Aprofundam-se conflitos de interesses econômicos divergentes. Ampliam-se as forças desagregadoras da convivência humana. Carrega-se de negras nuvens o clima do respeito mútuo e da tolerância. De todos os lados, surgem as ameaças de domínio da violência como padrão de comportamento dos homens e dos grupos. A olhos vistos, declinam os valores indispensáveis à prática salutar da atividade política voltada para os interesses coletivos e o bem comum. O egoísmo, a deslealdade injusta e a traição tendem mais e mais a egrar do que para exceções.

Curitiba, segunda, em 30.08.93

Reverter esse quadro é uma questão de sobrevivência. E a vitória sobre o caos só será possível a partir da conduta de cada um de nós. As lições implícitas no episódio histórico que hoje comemoramos, indicam o caminho.

Aos jovens, aos trabalhadores, aos intelectuais, aos empresários, aos políticos e a cada cidadão devemos cobrar, no dia-a-dia, o patriotismo, a integridade, o desprendimento, a dedicação à causa coletiva. Virtudes cívicas que marcaram a atuação, 140 anos atrás de Floriano, Bento Viana, Francisco de Paula e Silva Gomes e Manoel Francisco Correia Júnior, paranaenses cujos exemplos nos emociona e comove.

Tenho certeza de que, hoje, se vivos fossem, estariam ao nosso lado, cerrando fileiras na luta pela preservação do nosso território e trabalhando com o mesmo amor e a mesma coragem pela consolidação da nossa unidade.

A memória desses verdadeiros heróis, proponho as homenagens do nosso aplauso e do nosso reconhecimento.

Com a mais elevada satisfação, concedo a palavra, neste momento, ao Exmo. Sr. Professor Elias Abrahão que dicorrerá sobre as ações sobre o reavivamento do paranaísmo.

O PROF.^o ELIAS ABRAHÃO - "Exmo. Sr. Presidente Orlando Pessuti, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Mário Pereira, vice-Governador do Estado do Paraná, representante de S. Exa. o Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Paraná; Exmo. Sr. Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente do Jornal Gazeta do Povo; Exmo. Sr. Desembargador Jorge Andriguetto, representante de S. Exa. o Sr. Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Exmo. Sr. General Remy de Almeida Escalante, Comandante da 5.^a Região Militar e 5.^a Divisão do Exército; Exmo. Sr. Conselheiro Rafael Iatauro, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Paulo Munhoz da Rocha, representante da Câmara dos Deputados; Exma. Sra. Cassiana de Lacerda Carollo, representante de S. Exa. o Sr. Rafael Greca de Macedo, Prefeito Municipal de Curitiba; Exmo. Sr. Carlos Alberto Faraco, Reitor da Universidade Federal do Paraná; Exmo. Sr. Procurador do Tribunal de Contas, Túlio Vargas, representante das Instituições Culturais do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Anibal Khury, 1.^o Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná e Presidente do Movimento pela Unidade do Paraná; Srs. Deputados, Srs. e Sras:

Lamento que a exigüidade do tempo que me foi ofertado talvez não tenha me

permitido fazer o trabalho que esta Assembléia de fato, está a exigir e que estaria mais a sua altura.

Como palavras introdutórias esse trabalho não tem qualquer pretensão de ser uma obra literária, será talvez, um pouco histórico, mas nem tanto. E como histórico um pouco cronológico, mas nem tanto. Será talvez, um pouco poético, mas nem tanto, mas com certeza será político, essencialmente político e político sempre.

Creio eu, que as dificuldades em havendo sabedoria tornam-se oportunidades nas mãos daqueles que têm algum senso histórico. Esta é, Srs., em suma, a história do Paraná e de sua gente, de todas as suas gentes.

Quero discorrer, rapidamente, em tentar incentivar, segundo palavras do Presidente, movimentos de civismo, patriotismo e paranismo nesse Estado, falar um pouco sobre o Paraná; seus caminhos e suas gentes.

Primeiro, foi o caminho do mar. A grande barreira virou caminho para os Bandeirantes que, à busca de escravos e riquezas, chegaram a Paranaguá, berço da nossa civilização paranaense. O famoso Rio da Prata estabeleceu os primeiros contatos com os espanhóis que ao sul montavam as suas missões. O próprio Gabriel de Lara buscou escravizar índios carijós, na região do Taguaré, antes de se fixar em Paranaguá.

Vencido o mar, os brancos das regiões de São Vicente que vieram abaixo da Cananéia, encontraram aqui as nações indígenas, tanto por perto de Guaíra no Oeste como em Paranaguá no Leste.

Assim, após as explorações, os paulistas encontraram os primeiros habitantes da terra que, de Guaíra a Paranaguá, um dia, pertenceu aos índios. A notícia das minas de ouro em Paranaguá aumentou o afluxo dos paulistas que trouxeram uma relação conflitiva com as nações indígenas, pois, acima de tudo buscavam subjugar-las e escravizá-las.

Assim, com paulista ao Norte, espanhóis ao Sul e as nações indígenas ao Centro, são o marco inicial do povoamento que fez do Paraná, desde os caminhos do mar, uma terra de cruzamentos raciais.

Depois do mar, foi a Serra. O Paraná passou a ser o caminho das tropas que, vindo do Sul ou vindo do Leste, vencendo as serras, demandavam em direção ao Mato Grosso e Goiás. Vencer a serra e estabelecer nela os caminhos da conquista do território trouxe aos campos de Curitiba um grande número de aventureiros das Minas Gerais e de Cuiabá, para onde muitos dos bandeirantes que outrora aqui estiveram também haviam se mudado. Em Curitiba, a rua do Mato Grosso hoje Comendador Araújo

e também Avenida Batel testemunham esta tendência. Era a saída daqueles que aqui habitavam junto com as suas tropas para os caminhos do Mato Grosso.

Os campos de Curitiba, palavra indígena que significa muito pinheiro, mantinham atividades pastoris e as lavouras.

Mas, depois do caminho do mar e depois do caminho das serras, veio de fato o período de conquista pelas tropas que demandavam a São Paulo, Mato Grosso-Goiás, Rio Grande-Argentina, os Campos Gerais, Guapuva e Palmas se tornaram na verdade centros.

Depois das tropas, o caminho que se fez no Paraná foi o caminho das águas doces.

As bandeiras que atravessaram o Paranapanema vinda de São Vicente, Itu, até as cabeceiras do Rio Ribeira, criando os chamados "Caminhos de Pirabiru", fazendo deste caminho, rumo à bacia do Rio Paraná, aquele que foi um dia o caminho transcontinental mais importante à época do descobrimento, mas agora usado amplamente por portugueses e espanhóis.

Os rios paranaenses tiveram fator importante na colonização do Paraná, uma vez que, devido ao maciço da Serra do Mar a leste, os seus rios, todos tributários do Rio Paraná, se dirigiam claramente para o Oeste. Mas nenhum rio teve papel tão importante nesta história, como aquele que corta o Estado em toda sua extensão de Leste a Oeste.

Nascido na região de Curitiba, o Rio Iguaçu percorre todo o Rio Paraná até ter sua foz no Rio Paraná a quase 800 km após.

Cidades portuárias tiveram seu apogeu nesta época. Porto Amazonas teve seu crescimento fazendo ali uma confluência interessante do rio com a ferrovia, da qual falaremos posteriormente.

O Rio Iguaçu foi e continua a ser o rio da integração do Estado, levando de Curitiba para o resto do Estado o que havia de moderno e trazendo para cá as especiarias, especialmente a erva-mate, largamente consumida na região dos Campos Gerais e na própria Cidade de Curitiba.

Os vazios demográficos, porém, eram imensos e precisavam ser preenchidos para se efetivar sua colonização.

Na América Colonial, as imigrações ocorriam, via de regra, mediante permissão obtida através de licenças que continham restrições, geralmente de ordem religiosa.

Nas regiões de Mafra e Rio Negro, sempre ao longo dos rios vieram os primeiros açorianos que procuraram durante anos a se entender com os índios Botocudos que habitavam aquela região.

Na época da Independência houve uma

preocupação diferenciada para o preenchimento desses vazios e a política imigratória passou a ser orientada sobretudo com fim de encher estes mesmos vazios. Apareceram os primeiros alemães já em 1829, seguindo o caminho dos açorianos, estabelecendo-se na região do Rio Negro.

Vieram após a Emancipação de 1853 as primeiras concessões para o estabelecimento das colônias. Foram também consolidados dois pequenos núcleos de imigração anterior a emancipação dos franceses em 1847, da Colônia Tereza, à margem do Rio Ivaí, e dos Suíços, que num pequeno número de imigrantes, estabeleceram-se na Colônia do Superaguy, em Guaraqueçaba.

Vários alemães também mudaram de uma primeira imigração de Santa Catarina, para os arredores de Curitiba e região Metropolitana.

Sempre ao longo do caminho das águas doces, foram se firmando as primeiras comunidades e as primeiras levadas de imigrantes europeus, bem como dos re-imigrados de segunda geração.

Para a região de Curitiba, vieram posteriormente, vivendo nunca mais do que trinta quilômetros do seu centro urbano, alemães, italianos e poloneses, e, em menor número, franceses, suíços e ingleses.

Para os lados de Paranaguá, foi importante a Colônia Alexandra, estabelecida em 1875 pelos imigrantes italianos, bem como a Colônia Nova Itália em Morretes, em 1877.

Poucos italianos se fixaram no litoral, dedicando-se ao cultivo da cana-de-açúcar e do fabrico da aguardente e às culturas menores do milho, feijão e café.

Um grande número arribou ao primeiro Planalto e se espalhou por colônias já existentes ou fundaram novas ao lado de imigrantes de outras nacionalidades. E surgiram as Colônias Argelina, Pilarzinho, Muricy, Orleans, Presidente Faria, entre outras. Atestam em Curitiba a força de sua imigração em vários bairros, destacando-se hoje a conhecida de todos Santa Felicidade, além da Ferraria, Campo Magro e Bateias.

Depois dos italianos a terra amiga e hospitaleira conheceu a vinda dos imigrantes russos.

As notícias da época afirmam que, duzentos mil russos se propunham mudar para o Brasil. No Paraná, especialmente na região de Ponta Grossa vieram se instalar perto de mil imigrantes de origem russa, na ocasião chamados de russos/alemães e de lá para a região dos Campos Gerais.

Porém a desassistência necessária para ajudar esses imigrantes, levou ao malogro dessa tentativa, sendo que um grande número abandonou as lavouras e outro pior ainda veio abandonar as terras.

Mas o Iguçu reservava a seu Oeste na região dos campos de Palmas uma das terríveis histórias da conquista do Oeste. Ali os grandes proprietários rurais, ocupavam no início do século, as posições de prestígio social e econômico e obviamente, por serem detentores de poder econômico, também o político. Em suas propriedades, numerosas famílias trabalhavam quase em troca da alimentação, sem ter ganho para quebrar o seu ciclo de miséria. Por isso, muitos abandonaram essas regiões e se embrenharam sertão adentro em busca de um pedaço de chão para o seu próprio cultivo.

A presença do governo nessas terras era sempre do lado dos latifundiários, ausentes sempre da região, retirando os assim chamados "intrusos" com freqüente violência. Se isso não bastasse, havia também os "testas de ferro" da Companhia Holanda, madeireira estrangeira, representada pela estrada de ferro São Paulo-Rio Grande.

A República, com suas dificuldades, trouxe de volta o sonho monarquista, aos deserdados do latifúndio. Um guerrilheiro da região contestada, morto no conflito, foi encontrado com uma famosa carta no bolso, manchada de sangue, que dizia: "Nós não temos direito de terras. Tudo é para gentes da Europa", conforme escreve Herculano Assunção. Depois do mar, da serra, das tropas e dos rios, veio a estrada de ferro, até Guarapuava, oeste, mas especialmente, de norte a sul, de São Paulo a Rio Grande.

Esta estrada, senhoras e senhores, abriu as portas para grandes contingentes de populações urbanas, especialmente de lida mercantilista. Descem para o Paraná, de navio ou de trem, os sírios libaneses que percorreram esse estado de ponta a ponta, levando a modernidade para o interior, na conhecida e decantada figura do "mascate".

Desbravaram todas as regiões para levar o armário, o gorgorão e a sinhaninha. Ajudaram a criar as cidades e a fortalecê-las, uma vez que não se deram ao trato da terra. O trem de ferro trouxe também para o norte do Estado, não apenas as portas da modernidade, mas a imigração dos orientais de origem japonesa e criou ainda esta estrada de ferro, na maioria das estações do norte pioneiro do Estado, a partir de Jacarezinho e até o sul do Estado e de Paranaguá até Guarapuava, um centro de desenvolvimento até então desconhecido.

Posteriormente, ao longo dos Campos Gerais, vêm os novos alemães, reimigrando também de Santa Catarina para o lugar conhecido hoje como Witmarsun e posteriormente, os holandeses para a região de Castro, com a abertura para as primeiras famílias do que hoje constitui a forte eco-

nomia do tripé Arapoti-Carambei e Castrolândia, mas é com o café e com a lavoura que o Paraná experimenta dois picos: o da riqueza na terra e no porto e da imigração interna de outros Estados, especialmente para o norte do Estado, de populações paulistas e mineiras, acompanhados dos japoneses.

A oeste e mais especialmente, ao sudoeste, grandes contingentes imigrantes catarinenses e gaúchos, em regiões marcadas pelo minifúndio ao sul e pelo latifúndio ao norte. Assim estávamos nós, bandeirantes e espanhóis no início, alemães, italianos, franceses e ingleses a posterior, russos, ucranianos e poloneses e, posteriormente, os árabes, mas as terras do norte ainda se preparavam para a força da imigração japonesa que se dedicou com afinco ao preparo e cultivo daquilo que é a vocação natural do Estado do Paraná, a sua terra rica e a sua lavoura fértil. Os japoneses e seus descendentes firmaram no norte do Estado, Londrina, Maringá, Assaí e outras localidades, uma sociedade solidária, firmada na força do trabalho e das tradições milenares. Muitos, como os gaúchos e catarinenses de origem européia, vieram reimigrados com paulistas e mineiros, mas é com o caminho do asfalto, com as rodovias que o Paraná entra na sua idade adulta. Houve visão em nossos governantes em completar o ciclo, com os caminhos do asfalto. O asfalto ligou este Estado de Norte a Sul, de Leste a Oeste, e possibilitou a realidade territorial do Paraná, a unidade territorial do Paraná. Milhares de quilômetros de asfalto permitem um acesso a todos os lugares deste Estado, permitindo ainda o escoamento das safras abundantemente produzidas. Os caminhos do asfalto possibilitaram a nossa integridade geográfica e a nossa integração cultural.

Aqui estamos hoje, paranaenses de muitos matizes, das nações indígenas e dos loiros europeus, aos mulatos e mestiços de tez parda, de olhos azeitoados ou grandes, da cidade ou do campo, gaúcho, mineiro ou paulista, somos todos paranaenses.

O sonho do Governador para mantermos integrados é a ampliação desses caminhos: a estrada de ferro que caminha inexoravelmente para o Oeste, buscando talvez a sua saída para o Pacífico, do asfalto que nos levará em segurança até Santa Catarina, na duplicação desta rodovia; do concreto que nos levará sobre a imensidão do Rio Paraná para o encontro do estado irmão do Mato Grosso do Sul.

Esses são os caminhos do Paraná, que ligam os lugares, que misturam as gentes, seus costumes, suas línguas, suas culturas. Assim somos hoje, nos 140 anos de sua emancipação. Assim queremos ser sempre, um só povo, uma só terra, um só sonho, indi-

visível, unidos na mesma esperança de um mesmo Paraná.

Que Deus abençoe este novo Paraná, de muitas gentes e de tantos caminhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência tem a satisfação de conceder a palavra ao Excelentíssimo Senhor Jorge Andriguetto que falará em nome do Poder Judiciário do Paraná.

O SR. JORGE ANDRIGUETTO - Excelentíssimo Senhor Orlando Pessuti, Mui Digno Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná; Excelentíssimo Doutor Mário Pereira, Mui Digno vice-Governador do Estado, neste momento representante de Sua Excelência o Doutor Roberto Requião, Governador do Paraná; Excelentíssimo Senhor General Remy de Almeida Escalante, Mui Digno Comandante da 5.^a Região Militar e 5.^a Divisão de Exército; Excelentíssimo Senhor Doutor Rafael Iatauro, Mui Digno Presidente do Egrégio Tribunal de Contas do Paraná; Excelentíssimo Senhor Deputado Paulo Munhoz da Rocha, representante da Câmara dos Deputados; Excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, Mui Digno Secretário de Educação e orador neste momento, representando o pensamento do Poder Executivo; Excelentíssima Senhora Professora Cassiana de Lacerda Carollo, Mui Digna representante de Sua Excelência o Senhor Rafael Greca de Macedo, Prefeito Municipal de Curitiba; Excelentíssimo Senhor Carlos Alberto Faraco, Magnífico Reitor da mais antiga Universidade do Brasil; Excelentíssimo Senhor Professor, meu ídolo, meu espelho, Historiador Túlio Vargas, representante das Instituições Culturais do Paraná; Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, meu querido amigo de muitos anos, de Peabiru, de Apucarana, dos sertões bravios, Primeiro Secretário desta Assembléia e Presidente do Movimento pela Unidade do Paraná, ao qual aderi e ao qual modestamente venho prestar aqui o meu apoio e a minha colaboração em nome do Poder Judiciário.

O aviso, o convite quando caía a tarde e não me permitiu preparar um trabalho para apresentar aos Senhores. Prometo reconstituí-lo usando um pouco da memória pois a quem a natureza nega inteligência, Deus às vezes tem pena e dá boa memória.

Quero agradecer de todo coração a lembrança desta augusta Assembléia, dos nobres Deputados, do Sr. Presidente, convidando-me para participar aqui desta data linda, maravilhosa da criação do nosso Paraná querido e indivisível.

Venho em nome do Tribunal de Justiça e por isso peço vênica para externar o pensamento daquele órgão, o pensamento daquele

poder cujo mandato não posso trair.

Agradeço a atenção do Poder Legislativo e tenho pelo Poder Legislativo, pelos nobres Deputados o maior apreço e a maior admiração. Fui estudante comum como todos Srs; participei da restauração democrática; fiz comícios e fundei e participei da fundação da antiga UDN. Ombrei com o brigadeiro Eduardo Gomes no memorável comício de 19 de dezembro de 1945. E tenho pelo Poder Legislativo o respeito da sua origem divina pois quando Deus fez o paraíso e lá colocou seus habitantes não se esqueceu, porém de, primeiro fazer a lei. E dar os preceitos e conselhos, o primeiro legislador do mundo foi Deus no paraíso. Depois do julgamento de Caim é que veio o juiz e Abraão era o chefe do executivo.

Também quando Moisés volta do Egito e dá a Terra Prometida aos seus irmãos, primeira coisa que ele fez foi fazer os mandamentos, foi fazer todas as recomendações, legislação que aquele povo deveria obedecer.

Por isso eu tenho pelos, Srs. Deputados o maior apreço, o maior respeito. E peço desculpas na minha condição de magistrado e não deve deixar transparecer nunca, nunca as suas preocupações, suas afeições políticas, farei o possível para manter a minha autoridade, a minha isenção porque os Srs. estão numa luta política e nós devemos respeitar.

Mas sinto orgulho também porque venho numa tribuna de políticos onde se pode dizer alguma coisa, onde se pode levantar a voz. E parece que nesse momento eu vou longe, há mais de um século, há 200 anos quase, parece que me sinto como José Bonifácio nas cortes portuguesas quando dizia: "desta tribuna até os reis podem me ouvir".

Os oradores que me antecederam, o eminente presidente e o ilustre professor Abrahão, fazendo comparações com o Rio Iguaçu, parece que eu vi na palavra deles um rio de história e começando placidamente aqui até arrojarse violentamente na Garganta do Diabo e nas Cataratas do Iguaçu.

Os eminentes oradores na suas dissertações fizeram um rio de história e nada mais me resta dizer senão agregar-me a este rio caudaloso para trazer-lhes também a opinião e a palavra do Poder Judiciário.

Pela lei comemoramos a emancipação política e uma história de lutas e de bravuras.

Dizia Wiston Churchill que "a história da humanidade é a eterna luta pela liberdade".

E a Emancipação foi, portanto, o episódio desta luta da brava gente paranaense, para nos legar este Estado maravilhoso.

Mas aí, Srs., há também os incidentes que apressaram a Emancipação.

O nosso orador, Emílio Leão, diz que fora a gota d'água da insatisfação aquele massacre, aquela briga entre famílias de São José dos Pinhais em 08 de janeiro de 1852, - quando ali perto da Igreja Matriz, perto da cadeia pública, os homens importantes daquela cidade se desentenderam e deixaram um mar de sangue a rolar - e teve o seu lado positivo porque parece que este mar de sangue foi pela voz dos correios, foi pela voz das pessoas que tinham acesso à corte, que apressaram, então, a Lei que veio criar o nosso Estado.

Mas se hoje comemoramos a Emancipação que foi uma luta de todos para um território demarcado e que era aspiração dos que aqui viviam tão bem como disseram os oradores que me antecederam. Nesta História da Humanidade deparamos hoje, e com todo o respeito que eu tenho por aqueles que desenvolvem opiniões contrárias, mas é que venho lá do Tribunal que tem um pensamento e que não quer dele abolir.

Hoje temos, então, parece que uma luta diferente, não de emancipação, não é de consideração daquilo que era um todo. Vejo hoje, quando comemoramos a Emancipação do nosso Estado, nuvens carregadas no horizonte, vejo incompreensões, vejo um certo egoísmo, qual seja, a descabida, a desnecessária preocupação do divisionismo. E isso aí eu quero ombrear com o eminente Deputado Anibal Khury na sua campanha.

Lembro-me quando menino, quando mocinho, quando adolescente da criação do Território do Iguaçu. Eu era jovem. Era menino. Ouvi dos mais velhos professores que aquilo era provisório, que era necessário, porque havia uma guerra, havia prevenção, havia preconceito com a República Argentina. E era provisório!

O Paraná desmanchava-se em esforço terrível para unir o Norte ao Sul pela estrada do Cerne, construída pelo grande Interventor Manoel Ribas. Mas não tinha condições de levar a nossa civilização até as barrancas do Rio Paraná. Então, provisoriamente, diziam que era necessário que se criasse o Estado do Iguaçu. E eu adolescente, menino ainda, conformei-me com aquilo, e nunca me conformei com o Paraná sem as Cataratas do Iguaçu, sem as florestas do Iguaçu, sem o Parque Iguaçu.

Depois da Constituinte, em 1946, um homem extraordinário, o saudoso Bento Munhoz da Rocha Neto, capitaneando a Lauro Lopes, a Roberto Gasne e Flávio Guimarães - Flávio Guimarães, Senador, e se não me engano parece-me que tem um neto Deputado nesta Assembléia.

Então, todos eles lutaram tenazmente para reconquistar. E vi, portanto, já mais jovem, quando estudante, reincorporado ao

Paraná aquele pedaço que provisoriamente diziam na ocasião havia sido retirado em nome da segurança, do desenvolvimento e outras justificativas.

Depois reconheceu outra vez na Assembleia Constituinte Estadual, e um colega de Vossas Excelências, o grande tribuno num arroubo e numa linguagem, talvez, desmedida na ocasião de uma ira como ele dizia, ele batizara aqueles que queriam tornar a situação de "aves de mal agouro".

Pensando nisso, ano passado, no fim do ano, na última Sessão do Tribunal de Justiça pedi que registrasse no livro de história daquele Tribunal o meu pensamento pessoal. Não pedi apoio e nem que aprovasse um ponto de vista meu, queria que registrasse a minha opinião pessoal, mas os meus colegas fizeram um quórum e pediram que fosse registrado como pensamento do Tribunal de Justiça, como pensamento unânime do Tribunal. E em nome dessa delegação do Tribunal de Justiça eu vou repetir alguns trechos daquelas palavras que proferi, então, na última Sessão do Tribunal de Justiça. Dizia: "Realizamos, hoje, a última Sessão do ano no órgão judicial, e só Deus sabe se voltaremos no ano vindouro, por isso apresso-me em requerer a V. Exa., Sr. Presidente, se digne registrar em Ata o meu pronunciamento pessoal". Disse o historiador Nilton Munhoz que o Tribunal de Justiça reflete a história do Paraná.

Instalado aquele Tribunal, graças ao gênio criativo Generoso Marques, seus primeiros membros abraçaram a causa federalista em 1983, valendo-se o ato de rebelião a Floriano, a dissolução da Corte, seguindo-se nos dias fatícios tão bem descritos pelo intelectual General Bernardino Borman no seu livro Magnífico.

Teve aquele Tribunal dois mártires, Antônio Balbino, fuzilado na Serra, e Francisco Braga fuzilado atrás do Cemitério Água Verde.

A Revolução de 64 com seus eméritos também teve os seus problemas com muitos dos juizes do Paraná. Isso a reminiscência vem confirmar que os juizes do Paraná nos momentos cruciais da história desta terra nunca ficaram indiferente, não se lhes aplicando a terrível sentença de Dante, de que as caldeiras mais ardentes do inferno estão reservadas àqueles que nas crises morais da Pátria não se definem, ou como se diz hoje, na linguagem comum, na linguagem popular, ficam em cima do muro. A lição vem a propósito, quando rondam os nossos céus nuvens ameaçadoras à população do Paraná. Essas ameaças são anunciadas em trombetas afinadas de aves de mau agouro, como dizia Laertes Munhoz na Constituição de 1947, no momento que vozes que defendiam a causa paranista ousavam ressusci-

tar idéias sepultadas sobre o antigo Território Iguaçu. E não há de ver que se ignora um passado de glórias entre paranaenses, pretende agora, por interesses mediatistas, a qualquer preço, manipular a opinião pública acenando para a população daquele rincão com promessas enganosas, deturpando a realidade da situação com o objetivo de criar o Estado do Iguaçu. Para tanto, persegue em plebiscito setorizado, ignorando os superiores interesses da unidade paranista.

Assim, encontramos uma encruzilhada amorosa, que não admite indiferença.

A ninguém é lícito ficar na comodidade da indiferença. A Assembleia Legislativa do Estado, o Governo do Estado, a Bancada de Deputados Federais do Paraná, a exceção do Projeto em contrário, estão unidos nessa indivisibilidade.

Esquecendo enumerar todas as obras públicas e benefícios implantados naquele pedaço do Paraná.

Recentemente o Sr. Governador do Estado disse claramente que para cada cruzeiro ali arrecadado o Governo investe 1 cruzeiro e sessenta centavos.

O mesmo se pode dizer com respeito ao Estado do Santa Catarina.

E aqui os oradores que me antecederam fizeram uma demonstração das obras lá realizadas.

De maneira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não quero me alongar, quero trazer apenas o pensamento do Tribunal de Justiça, de um mandato que não posso ignorar, que não posso desvirtuar.

Façamos todos uma prece, façamos todos uma união para que aquelas pessoas que foram a essas regiões, que vieram sabe de onde, de tantos brasis afora, de todos os quadrantes, que foram recebidos de braços abertos, estendidos, como os pinheiros da época o faziam e lá existiam em abundância, que todas aquelas pessoas meditem, eles fizeram aquela região maravilhosa, venceram em todas as atividades, na política, nas artes, na indústria, no capital, mas que não permitem que os seus descendentes pratiquem uma ingratidão contra o Estado que os recebeu.

Se é verdade que aqueles magníficos brasileiros vieram trazer a força e o trabalho, vieram colaborar conosco, mas não podem esquecer também que o Paraná, na sua tradição centenária, abraçou-os, recebeu-os de braços abertos e espera de seus descendentes um ato de gratidão, que é a mais sublime das virtudes.

Senhores, nós tivemos um rio de história pela palavra do Presidente e pelo Senhor Professor Abrahão. Vamos ter agora, como se fosse aqui um palco, as personagens e os fatos nas palavras de Túlio Vargas. Túlio Vargas, é como diz o crítico,

aquele historiador que não narra os fatos cruamente, dá vida aos personagens, faz com que eles andem conosco nos corredores, falem com a gente, transmitam as suas emoções e nos dêem novas esperanças.

A mim apenas o agradecimento pela lembrança da Assembléia Legislativa em convidar o Tribunal de Justiça para participar desta data maravilhosa, a criação do Estado do Paraná. A mim o agradecimento ao Tribunal de Justiça por honrar-me com o seu mandato.

Aos Senhores Deputados o meu apreço e o meu respeito, a minha admiração.

Agora, quanto a esse problema, não é partidário, aí é apenas um sentimento de como ver as coisas. Eu vejo nesse lado, eu vejo na indivisibilidade do Paraná. Farei o possível e faço, jamais poderei ser acusado de ter a mínima factividade. Aqui tem Deputados de quando nós vivíamos no interior. Aqui tem o Colombino Grassano que era o meu vizinho na República de Apucarana. Eu era juiz da República de Apucarana; o Deputado Grassano era o Prefeito de Arapongas. Jamais na minha vida eu falseei o mínimo que fosse em demonstrar qualquer tendência, preocupação, afeição ou desatenção a qualquer partido político.

Mas, quando se fala em Paraná, qualquer que seja a posição do corpo, dizia Bossuet, a minha alma está de joelhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com satisfação registramos a presença em nossa Mesa de Honra do Doutor Francisco da Cunha Pereira, Diretor da Rede Paranaense de Televisão e do Jornal Gazeta do Povo.

Com satisfação também registramos a presença em Plenário do Deputado Basílio Vilani e do Doutor Rubens Brustolin.

Tenho, neste momento, de conceder a palavra ao Excelentíssimo Senhor Túlio Vargas, historiador paranaense, representando as instituições culturais do Estado do Paraná.

O SR. TÚLIO VARGAS - Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Orlando Pessuti; Senhor Vice-Governador do Estado do Paraná, Mário Pereira; Senhor Desembargador Jorge Andriquetto, ao qual rendo as minhas homenagens e os meus agradecimentos pelas referências elogiosas à nossa preocupação de pesquisar a história do Paraná como uma questão de ordem que aqui não estão um historiador, mas apenas um cronista da história, um interessado nos fatos que explicam a gênese paranaense e a nossa atual realidade: Senhor Presidente da minha nova Casa, o Tribunal de Contas, Conselheiro Rafael Iatauro; demais autoridades que enobrecem a Mesa; Senhores Deputados Federais e Esta-

duais; minhas Senhoras e meus Senhores.

É natural que regressando nesta Casa, onde vivi uma das fases mais auspiciosas da minha carreira política, eu sinto um misto de alegria e de saudades. Alegria do reencontro com as novas figuras que compõem este Plenário e saudades dos acontecimentos que marcaram a minha vida parlamentar, no convívio de Deputados que ainda hoje revejo, Anibal Khury, Erondy Silvério, meus contemporâneos de duas legislaturas, dos quais eu recolhi a experiência da cidadania, recolhi o aprendizado da ação legislativa, a habilidade da política dos bastidores, o poder de coordenação que tem marcado a vida desses dois ilustres Deputados que enaltecem os Anais da Assembléia Legislativa do Paraná.

Devo inicialmente afirmar que essas comemorações mesmo periódicas, elas se impõem como um imperativo de consciência paranaense. Como uma advertência permanente da proteção dos nossos valores emanantes, dos nossos bens territoriais, dos nossos bens morais e cívicos que devem ser cultuados e revitalizados a cada ano que passa, para que o Paraná não seja novamente surpreendido com aqueles movimentos que visaram a mutilação do seu território. Isto já antes da província, quando perdemos Iguape e Cananéia, estreitando o nosso litoral, como representação da auto-defesa da Província de São Paulo, às vésperas da votação definitiva da criação da Província do Paraná.

Para que não sejamos surpreendidos como aconteceu em 1916, o célebre acordo aqui firmado pelo Presidente Afonso Camargo, atendendo a alta ponderação do Presidente Wenceslau Braz, quando perdemos para o fraterno e vizinho Estado de Santa Catarina, nada mais nada menos do que 28 mil km² mesmo que em favor do Paraná prevalessem os princípios e as jurisprudências do "Uti Possidetis" surpreendido o Paraná por uma decisão eminentemente política no Supremo Tribunal Federal.

Para que o Paraná não seja também surpreendido, como foi frente ao Estado de São Paulo, outra vez, perdendo uma enorme região na área de Serra Negra, onde o vizinho Estado de São Paulo implantou o Parque de Jacupiranga, impedindo que se respeitasse as divisas demarcadas pelo célebre laudo Eptácio Pessoa e quando novos movimentos de separação, de modificação dos nossos contornos geográficos ameaçam o Paraná na modernidade, importa isto sim que se ativem estes movimentos de defesa e de resistência, para que a soberania do Estado no seu aspecto territorial e político não seja novamente afetada por incurções surpreendentes como aquelas que já enfraqueceram a nossa unidade territorial.

Por isso, estamos aqui para reafirmar

a solidariedade das instituições culturais do Estado que aqui representamos, ao movimento liderado por esta Assembléia Legislativa, na pessoa do seu 1º Secretário, Deputado Anibal Khury e em nível de Poder Executivo, na pessoa do Governador Roberto Requião. Para nós termos uma noção exata de todo o processo da emancipação do Paraná, nós precisamos recorrer a certos antecedentes históricos, ao processo legislativo e principalmente à realidade da nova província. Precisamos na verdade, fazer coro com alguns historiadores que questionam a expressão "emancipação" porque a nossa região já exerceu um certo controle de governo com a capitania de Nossa Senhora de Paranaguá entre 1666 e 1671. Precisamos recuar ao Século XVII, para compreender as razões deste governo próprio, o sentido da autodeterminação da nossa região, frente ao grande poderio econômico e político da vizinha província de São Paulo que liderava no Império, todos os movimentos de natureza econômica e política de Minas Gerais. Razão pela qual, em face desse confronto, foi a nossa região, favorecida mais tarde, com a criação da Província do Paraná.

Por volta de 1641, foi que Gabriel de Lara descobriu ouro na região de Iguape na encosta da Serra Negra e, com a notícia da descoberta do ouro, iniciou-se uma grande corrida para Paranaguá, que pertencia então à Capitania da Itanhaem, como pertenceu também à Capitania de Santo Amaro, naquele jogo de ambições entre os donatários das Capitânicas existentes. Com a corrida do ouro, deu-se o grande povoamento na região de Paranaguá e isto então possibilitou a criação da Capitania em 1666, apesar das brigas, das intrigas, e, principalmente, da disputa pelo poder, onde o Conde da Ilha do Príncipe e o Marquês de Cascais disputavam a primazia da exploração das jazidas.

Ocorre que a região adquiriu um surto de progresso e de riqueza muito grande, de tal forma que alcançou um desenvolvimento ponderável, de tal maneira que as suas 21 minas atraíram a cobiça de aventureiros que depois subiram a serra para se transformarem nos primeiros povoadores do Primeiro Planalto e Paranaguá então, através do seu poder constituído, exercia uma liderança incontestada dentro da sua Capitania, absorvendo todas as outras regiões, conhecidas então como Curitiba, Castro e mais tarde, Guarapuava.

Foi em razão desses movimentos que se estabeleceu a grande expansão da Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, mas com a passagem do tempo, exaurindo-se aqueles recursos auríferos o que aconteceu? A Corte não se interessou mais, porque já se descobria ouro na Província de

Minas Gerais e Paranaguá se viu então destituída da sua autodeterminação e autonomia, perdendo a sua condição de liderança na região do sul. Então é que nós conhecemos os nomes daqueles que vieram povoar Curitiba e levaram Ebano Pereira, Mateus Leme que sobem a terra para estabelecer aqui os primeiros núcleos de população que deram origem à formação da Cidade de Curitiba, mas os parnanguaras não se conformavam em perder a sua autonomia e dez anos mais tarde, em 1811, surge o grande movimento na Câmara, encaminhando uma moção ao Conde de Aguiar, pedindo que se elevasse novamente Paranaguá à categoria de Capitania, mas contendo um erro crucial naquela época, de grandes disputas, de grandes competições pelo Poder, porque indicavam também uma reivindicação, o nome do primeiro Governador da Capitania, Joaquim de Castro Correa e Sá, que eles diziam que era um homem sábio e prudente. E como resultado desta indicação, que representava uma afronta à Coroa, Paranaguá recebeu a primeira reprimenda, que foi a transferência no ano seguinte da sede da Ouvidoria, que era Paranaguá, a cabeça para Curitiba, em forma de uma represália à imprudência dos Parnanguaras de exigirem a reconquista da sua autonomia.

Mas há uma segunda tentativa, e esta realmente ficou registrada na História como a célebre Conjuntura Separatista de Paranaguá, quando em 1821 Floriano Bento Viana, que era um Sargento de milícias, depois de confabulações com os seus companheiros, por exemplo com Inácio Lustosa, eles escolhem o dia do juramento da Constituição do Reino de Portugal e Algarves, eles escolhem aquele dia para fazer o grande pedido da separação. E a tropa formada, Bento Viana acertado com seus companheiros, dá um passo à frente e faz o pedido que era hora de separação. Mas o representante responde: -ainda não é tempo, com vagar se há de representar a Sua Majestade.

Mas aquilo era uma indisciplina perante a Corte e Bento Viana então é prisioneiro, ele que assumiu como se fosse um Tiradentes precursor, ele assumiu toda a responsabilidade do movimento. Foi processado, foi preso e, só mais tarde, em pronunciado, ele pôde voltar às fileiras da milícia. Foi traído pelos seus companheiros, porque no momento decisivo da proclamação da separação, os outros silenciaram e ele, com um passo à frente, ficou responsável por aquele ato de indisciplina.

Mas passam-se mais anos, de 1821 a 1842, aí então chega a grande oportunidade da Comarca, porque explodiu em Sorocaba a Revolução Liberal, chefiada por Rafael Tobias de Aguiar e pelo Padre Feijó. Eram os Liberais que revoltavam contra a Regência.

Mas, naquele momento, estava em plena marcha a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, e o Império temia que os Liberais de Curitiba fossem apoiar a Revolução de Sorocaba.

Com isto o Império ficava em xeque. Não podia correr este risco, porque a união das forças liberais do Rio Grande do Sul e do Paraná, da então Comarca, e mais os de Sorocaba, representavam um contingente de forças capaz de se opor ao exército chefiado por Caxias que, finalmente, vai sufocar a revolução de Sorocaba.

Para que os liberais de Curitiba não apoiassem a Revolução Liberal, o governo imperial fez a promessa: se os liberais se mantiverem neutros, daremos a separação, daremos a autonomia, criaremos a Província que os Curitibanos tanto sonham!

Neste episódio destacaram-se três figuras que articularam o movimento de autonomia. Já foi falado aqui pelo Presidente na abertura da sessão, de Correa Júnior, um ervateiro de Paranaguá, que perdeu tudo na campanha pela emancipação, ficou na miséria, perdeu seus engenhos, mas não perdeu a dignidade e um de seus filhos se tornou uma das figuras mais ilustres da História do Paraná, foi o Barão de Cerro Azul.

O outro, Paula Gomes, era um tropeiro, mas um homem rico, pôs toda sua fortuna na campanha pela autonomia, foi às Cortes, aos jornais, fez proselitismo, percorreu todo o território como tropeiro, como um verdadeiro correio fazendo a propaganda da emancipação. Também perdeu tudo e morreu ignorado pelos seus contemporâneos.

O terceiro foi mais esperto, foi mais ativo, era um gaúcho que morando nessa região e possuindo fazendas resolveu ser o porta-voz nessa exigência dos liberais de Curitiba junto ao Barão de Monte Alegre que era o presidente da Província de São Paulo.

Ele foi em nome dos liberais e disse que Curitiba ficaria neutra, mas, em contrapartida, ele queria ser Barão e ser senador, o primeiro senador da Província. E realmente, foi o único beneficiado. Quando se criou a Província ele recebeu o título de Barão de Antonina e se elegeu o primeiro senador pela nova Província.

Este homem era de uma atuação conclusiva na defesa dos seus próprios interesses.

É verdade que Correia Júnior e também seu companheiro Paula Gomes eram os idealistas dessa campanha, mas João da Silva Machado punha seus interesses particulares acima do interesse da emancipação. Tanto que o laudo que obteve, as laúrias de senador ele foi se desligando aos poucos do Paraná para voltar ao Rio Grande do Sul.

Estamos então no chamado período so-

cial dos currais que depois foi sucedido pelo período da riqueza da erva-mate, o grande desenvolvimento da 5.^a Comarca de São Paulo. Isto era motivo para que a província de São Paulo não admitisse de maneira alguma o projeto separatista porque se beneficiava das riquezas do caminho das tropas, do comércio da tropas e principalmente da erva-mate cuja riqueza era toda canalizada para a Província de São Paulo.

Em 1843 o Império cumpre a palavra. O Barão de Monte Alegre presidente da Província de São Paulo autorizado pela Regência constitui o Deputado Carneiro de Campos que mais tarde foi o terceiro Visconde de Caravelas para apresentar na Câmara ou chamada Assembléia Geral o projeto da criação da Província do Paraná. Aí então começa aquilo que os parlamentares sabem muito bem, o processo da obstrução parlamentar.

Saiu Nobato Deputado pela Província do Rio de Janeiro, ou Província da Corte, emenda o projeto para que ele sofresse protelação e faz uma emenda criando em cima desse projeto uma outra Província, a Província de Sapucaí no Estado do Rio.

Isso cria um embaraço muito grande na tramitação do processo e a bancada paulista usa também de um recurso regimental. Exige que o projeto volte à origem, à presidência da Província de São Paulo para que complementasse informações ao seu projeto. E isto meus senhores e minhas senhoras leva mais de 7 anos na gaveta do presidente da Província de São Paulo.

Em 1850, discute-se no Senado a criação da Província do Amazonas e aí, inverte-se o processo. O Senador Cândido de Oliveira apresenta uma emenda criando a Província do Paraná. Criado o impasse porque a Província do Amazonas estava em regime de urgência o Marquês de Abrantes Miguel Calmon de Tam, um senador baiano apresenta uma sugestão. Que o projeto fosse desdobrado em dois. Um criando a província do Amazonas, outro criando a Província do Paraná. Mas, aí, novamente resistência da Bancada Paulista, é o Senador Vergueiro, é o Senador Nêbias, futuro conselheiro Nêbias, é Martin Francisco de Andrade, com a força e o poderio político da Província. Procura evitar a precipitação dos acontecimentos e a criação da nova Província.

Mas o Projeto do Amazonas é aprovado e o Projeto do Paraná tem que voltar à Câmara, dentro do sistema bicameral, tem que passar pelas duas Câmaras, e vai e volta para a Câmara dos Deputados, e aí se passam mais três anos em discussão na Câmara dos Deputados, até que no dia 20 de agosto de 1856 é aprovado o Projeto criando a Província do Paraná.

É verdade que o Paraná foi beneficiado

pelas divergências entre as Bancadas de Minas e Bahia que trabalhavam ardentemente pela criação da Província do Paraná para enfreqüecer São Paulo, e entre este apoio de duas províncias importantes e a resistência de São Paulo, prevaleceu, por razões de natureza política, estratégica, econômica, prevaleceu a vontade do Gabinete que presidia o império, era o Gabinete conservador do Marquês do Paraná. Prevaleceu o seu posicionamento e o Projeto foi aprovado. O grande advogado da questão do Paraná na Câmara dos Deputados foi o Deputado Cruz Machado, futuro Visconde do Cerro Frio. Foi ele que assumiu a iniciativa da defesa do Projeto, e quando se falava, após a criação da província, quem seria o primeiro Presidente da Nova Província, todas as opiniões convergiam para o nome do Deputado Cruz Machado. Qual não foi a surpresa, quando em 17 de setembro do mesmo ano foi nomeado Zacarias de Góis de Vasconcellos, Deputado Bahiano, mas que era um homem de grande prestígio na Corte, de grande e relevante atuação no Parlamento, porque já tinha sido Presidente da Província do Piauí, de Sergipe, tinha sido Ministro da Marinha, e como Deputado, com todos aqueles títulos ele se credenciou a ser escolhido o Primeiro Presidente da Província do Paraná. Mas porquê? Porque foram buscar Zacarias de Góis Vasconcellos, ainda assim as coisas corriam a revelia aos interesses do Paraná, foi em razão de um acordo entre os Partidos. Estavam no Poder os conservadores, o Marquês do Paraná como Presidente do Gabinete queria fazer a reforma eleitoral, queria impedir que os juizes fossem Deputados, que os juizes fossem senadores, que os juizes fizessem política. E essa reforma eleitoral também estava introduzindo o princípio da eleição dos círculos. O que era isso? Era a chamada eleição distrital que foi introduzida no sistema parlamentarista do império justamente nesta época, 1853, 54. Então para comandar os partidos Zacarias de Góis de Vasconcellos pertencia ao Partido Progressista, o Partido conservador tinha sido beneficiado com a distribuição de Presidentes de Províncias, o Partido Liberal também tinha sido beneficiado. Era preciso contemplar, também, o Partido Progressista, e foram buscar o seu Líder, a sua figura maior, o seu oráculo, o homem que realmente comandava as ações na Câmara e depois no Senado, como um dos vultos mais proeminentes da monarquia. Então, por isso, Zacarias de Góis de Vasconcellos à 17 de setembro recebe o seu título de nomeação, era solteiro, quase quarenta anos de idade, ele, então, resolve casar-se para assumir a Presidência da Província. E vai se casar com uma moça de alta linhagem, filha de um grande funcionário do Mi-

nistério.

Uma moça que não tinha ainda quatorze anos, que estudava no colégio Sion em Paris, ele se casa com essa jovem; ele com trinta e oito anos e ela ainda sem fazer quatorze, vão passar a lua-de-mel em Paris, em 1853, vejam bem, a 140 anos atrás.

Depois da lua-de-mel voltaram ao Brasil e ele vem para assumir a presidência da nova província e que experiência adviria a esta jovem, estudante do colégio Sion de Paris. Vencendo as dificuldades pelo acesso a Curitiba pelos ex-caminhos da Serra, porque nem a Graciosa estava concluída, ela veio sofrer aqui as agruras de viver numa cidade que, praticamente, não tinha nada. Uma população de seis mil habitantes, uma população inferior a de Paranaguá onde havia, meu caro Secretário da Educação, Professor Elias Abrahão, apenas duas escolas: uma para meninos e outra para meninas.

É da tradição da minha família, meu bisavô, naquela época, Telêmaco Borba, tinha treze anos e ele assistiu à chegada de Zacarias de Góis de Vasconcellos em Curitiba. Então, ele contou para minha mãe, e minha mãe contou para nós, e nós estamos contando para os nossos descendentes. Dona Carolina chegou em Curitiba e ficou aterrorizada porque só encontrava sapos e vacas na rua da Imperatriz, hoje rua das Flores.

Zacarias ficou pouco tempo no Paraná, um ano e meio no máximo, porque foi chamado novamente para o Senado como Senador pelo Estado da Bahia. Mas havia pela frente de Zacarias de Góis de Vasconcellos um novo desafio, porque a lei que criou a província do Paraná, a Lei n° 704 de 29.08.1853, ela previa que a capital seria Curitiba, mas precisava ser ratificada pela 1ª Assembléia que fosse eleita após a criação da província. Aí surge a grande competição, porque Paranaguá era economicamente muito mais forte do que Curitiba. Paranaguá era muito mais importante politicamente e Paranaguá reivindicava, incessantemente, ser a sede da nova província. Tanto que quando Zacarias chega em Paranaguá, vindo da Corte, ele recebe grandes manifestações, sendo recepcionado na casa de Joaquim Américo Guimarães, que era irmão do Visconde de Nacar. Ele recebe grandes homenagens. Vem para Curitiba. E vejam só, na eleição da primeira assembléia os conservadores fazem maioria e Zacarias era mais ligado aos liberais, mas ainda assim ele manobra de tal maneira que Curitiba é ratificada como capital por onze votos contra nove votos dados a Paranaguá e um voto a Guarapuava. Foi outra de suas vitórias parlamentares quando ele tinha maioria na Assembléia Provincial, mostrando, assim, a sua grande habilidade de conde-

nação das forças vitoriosas.

Zacarias, então, fez a organização política e administrativa do Paraná: fundou o Liceu, trouxe a Imprensa Oficial, instituiu a Polícia Militar, enfim, estabeleceu as bases fundamentais de uma província que tinha um futuro risonho pela frente e que viveu o seu grande itinerário histórico vencendo barreiras, enfrentando os grandes desafios da sua época para se tornar, finalmente, com a República, o Estado do Paraná, do qual somos hoje herdeiros e pelo qual nós temos que zelar, não só pela sua grandeza territorial, mas pela sua força moral, pelo seu valor cívico como uma das unidades da federação que, pelo seu desenvolvimento econômico e pelo seu progresso social, nos orgulha a todos nós seus filhos dedicados. Senhores Deputados, em rápidos lances, esta é a história da Emancipação Política do Paraná que hoje faz 140 anos de lutas, de sacrifícios, de reveses, mas, sobretudo, de vitórias.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É com satisfação que registramos a presença entre nós da Senhora Ana Paula Zacarias, Cônsul de Portugal em Curitiba e da Senhora Grazyna Machaiek, vice-cônsul da República da Polônia em Curitiba.

Concedo a palavra neste momento ao Exmo. Sr. Deputado Anibal Khury, 1º Secretário da Assembléia Legislativa e Presidente do Movimento pela Unidade do Paraná, que falará sobre a saga dos paranaenses pela reafirmação da Unidade Estadual.

O SR. ANIBAL KHURY - Senhor Deputado Orlando Pessuti, Presidente da Assembléia: Dr. Mário Pereira, vice-Governador do Estado; Dr. Jorge Andriquetto, representante do Tribunal de Justiça; General Remy de Almeida Escalante, Comandante da 5ª Região Militar; Conselheiro Rafael Iatauro, Presidente do Tribunal de Contas; Deputado Paulo Munhoz da Rocha, Representante da Câmara; Professor Elias Abrahão, Secretário de Educação; Cassiana de Lacerda Carollo, Representante do Prefeito; Eminente Procurador Túlio Vargas; meus colegas, Senhores Deputados Federais; Senhoras e Senhores.

(Lê)

Quem se der ao trabalho de ler a história do Paraná vai penetrar na fascinante leitura e no extraordinário conhecimento de um povo que, em apenas 140 anos, construiu nesta porção do território brasileiro um Estado de economia pujante, agricultura de primeiro mundo e uma sociedade fraterna, reunindo gente de todos os cantos do planeta, para viver em paz, fazendo do trabalho instrumento de progresso

e bem-estar.

Nós paranaenses temos vocações surpreendentes para as grandes construções políticas, administrativas e econômico-sociais, impulsionadas pelo invencível espírito pioneiro que movimentou brasileiros e estrangeiros na colonização das ricas terras paranaenses, aqui edificando um celeiro para guardar e exportar uma produção diversificada, que tem alimentado brasileiros, e outros povos, nas mais diversas partes do mundo.

Capacidade de ousar, muito trabalho, iniciativa e independência podem ser apresentados como alguns dos traços característicos da miscigenação aqui ocorrida, que tem como traço mais profundo o inconformismo. Inconformismo para se operem mudanças, para melhorar, inovar e progredir.

Fui buscar no professor Munhoz da Rocha - esse notável paranaense que governou o Paraná por ocasião das comemorações do primeiro centenário de nossa emancipação política - esta síntese sociológica que define muito bem a presença paranaense na federação. São palavras do Professor Munhoz da Rocha. "Talvez em nenhuma outra região brasileira, exista tanta gente como aqui, de comportamento compatível com o desenvolvimento, sabedor dos seus processos e crente em sua promoção social. Talvez não haja hoje, em todo o Brasil, outra região como a paranaense em que seja tão intensa a mobilidade social e, conseqüentemente, a promoção humana."

Eu falei a Vossas Excelências Senhores Deputados, Excelentíssimas Senhoras e Senhores, que não podemos esquecer o espírito pioneiro dos paranaenses, comportamento que afasta, por definição, o comportamento burocrático, cheio de formalismos, prudências, canais competentes, degraus de acesso, normas muito rígidas. O comportamento pioneiro do paranaense é - como acentua Munhoz da Rocha - justamente o oposto, e por sua natureza, lhe é intrínseco um sentido muito forte de igualdade, de idêntica possibilidade para todos.

Nós paranaenses somos ardentes defensores das liberdades e das afirmações pessoais.

É isso que podemos constatar ao longo da nossa história, ao refletir sobre o trabalho da nossa população.

Somos na realidade aquela síntese feita da diversidade.

Mas como teria sido possível chegarmos a tão extraordinário, senão fantástico, resultado?

É fácil de explicar a grandeza paranaense.

Ela foi construída em alicerces sólidos que não admitem a separação, sob pena de a grande obra vir a ruir.

Foi a nossa unidade que reuniu forças

para desbravar os sertões paranaenses e criar a pujança da nossa economia. Da mesma forma que superamos os ciclos econômicos - mate, madeira, café - estamos conseguindo superar a tentação da soja para diversificar a nossa agricultura, implantando em nossas terras e lavouras mais diversas do progresso brasileiro.

Nos nossos campos abrigamos gente de todos os Estados e estrangeiros para, unidos, ajudar a construir o grande Brasil. Unidos na paz e no trabalho.

Infelizmente, essa unidade é hoje novamente alvo de aventureiros políticos que pretendem nos separar. Chegamos aos 140 anos do Paraná depois de uma grande batalha travada em muitos meses de luta, com valiosos aliados, o que permitiu que aquela ação inicial que desfechamos nesta Assembleia Legislativa, ecoasse em todo o País, possibilitando derrotar em Brasília, no Congresso Nacional, a famigerada emenda urdida por defensores de interesses inconfessados, que pretendiam mutilar o território paranaense para criar, com parte do nosso Estado e outra de Santa Catarina, um novo ente federativo.

Vale dizer aqui que o Deputado Paulo Munhoz da Rocha e Basílio Vilani, foram os nossos homens no Congresso Nacional.

Muito obrigado a eles!

Entre enfraquecidos, que na loucura da aventura separatista, iria custar, em despesas iniciais, a elevada soma de um bilhão de dólares, que seriam pagos por todos os brasileiros, muitos deles desprovidos sequer de alimentos para mitigar a sua fome.

Lutamos e conseguimos impedir a tentativa separatista, fragorosamente derrotada na votação do plebiscito proposto aos Deputados Federais.

Pois bem, Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores e Senhores: Eis que, apesar da vigorosa reação que os recolheu à insignificância do apoio de uns poucos adeptos dessa idéia estapafúrdia, os pregoeiros da separação já se movimentam em redutos que escondem os seus interesses econômicos e políticos e daqueles a que estão a serviço - como acabam de denunciar a Gazeta do Povo e a Rede Paranaense de Televisão, que têm à frente incansável ba-

talhador e grande comandante das boas causas paranaenses, que é o jornalista Francisco Cunha Pereira Filho.

Os seccionistas já estão urdindo novas manobras solertes que igualmente precisam ser sepultadas como o plebiscito sobre o Estado do Iguaçu.

É por isso, Senhoras e Senhores, que desejo aproveitar esta oportunidade para convocar os paranaenses, a fim de que se considerem em permanente mobilização contra essa meia dúzia de oportunistas e aventureiros, mal-agraçados da acolhida paranaense.

Agora organizaram uma fundação para sustentar os seus propósitos sinistros de retirar do Paraná parte do seu território e dividir os irmãos paranaenses.

Chegamos aos 140 anos do Estado do Paraná, alicerçados na unidade do seu povo e vamos prosseguir da mesma forma, unidos, trabalhando em paz e fraternidade para a grandeza do Brasil, porque a ação deletéria dos separatistas jamais triunfará!

Nós paranaenses não permitiremos que isso aconteça! O Paraná é indivisível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ao encerrarmos a presente Sessão, mais uma vez queremos agradecer a presença de todos aqueles que aqui compareceram e que tanto brilhantismo emprestaram a esta solenidade que sem sombra de dúvida, é da maior importância, para que possamos nós, que estamos hoje vivendo o dia-a-dia, da política e cuidando dos interesses do nosso Estado, sabermos o que aconteceu no passado, para que possamos no presente, cuidarmos do futuro desse território.

Agradeço mais uma vez a presença de todos e damos por encerrada a presente Sessão, que terá, evidentemente, os seus desdobramentos, até o dia 19 de dezembro, quando estaremos comemorando efetivamente os 140 anos da Emancipação Política do Estado Paraná.

Muito obrigado a todos, pela presença.

Levanta-se a sessão.